

ÓRFÃOS DO ELDORADO E AS ARTIMANHAS DE UM PASSADO RECONSTRUÍDO

ORPHANS OF ELDORADO AND THE TRICKS OF A RECONSTRUCTED PAST

Regina Nascimento Silva

Resumo

Este trabalho tem como objetivo articular reflexões teóricas apontadas por estudos focando a temática 'Literatura e memória: a reconstrução de possibilidades de passado' com a obra literária *Orfãos do Eldorado*, do escritor amazonense Milton Hatoum. Como referencial teórico, as considerações sobre memória individual e coletiva de Maurice Halbwachs serão o embasamento para a análise da obra literária

Palavras-chave: Memória. História. Literatura.

Abstract

This work aims to articulate theoretical reflections indicated by studies focused on the theme "Literature and Memory: the reconstruction of possibilities of the past" with the literary work "Orphans of Eldorado", from the writer of Amazonas, Milton Hatoum. As a theoretical reference the considerations about individual and collective memory of Maurice Halbwachs will be the basement for the analysis of the referred work.

Keywords: Memory. History. Literature.

* Mestranda em Letras/Teoria Literária pela UFU. regina@proex.ufu.br

É impossível restaurar o passado em estado de pureza. Basta que ele tenha existido para que a memória o corrompa com lembranças superpostas. [...] A viagem da memória não tem possibilidade de ser feita numa só direção: a do passado para o presente. Não é a nós que velejamos para os anos atrás em busca de nossos eus (Pedro Nava – Balão Cativo).

O significado de memória encontra-se já na concepção grega arcaica e parte de uma matriz divina. Para os antigos gregos a memória era um dom a ser exercitado. Mnemosine é a própria memória personificada, é ela quem possibilita o caminho para a imortalidade e, desta forma, a aproximação dos homens com os deuses. O poeta ou o histor, protegidos das musas – filhas de Mnemosine –, “[...] ao registrarem os feitos e a vida dos mortais os libertavam das amarras do esquecimento para cobri-los com o manto da

imortalidade” (LE GOFF, 2003, p. 434), é que, ao registrarem em suas obras a fisionomia, os gestos, os atos, os feitos de um humano, este se torna memorável, nunca sendo esquecido, portanto, não morrendo jamais.

Mnemosine, revelando ao poeta (*aedo*) e ao histor os segredos do passado para que esse passado fosse lembrado para a coletividade, os introduz nos mistérios da vida. A memória aparece, então, como um dom para iniciados, e a *anamnesis*, a reminiscência, como uma técnica ascética e mística (LE GOFF, 2003, p. 434). Os gregos reservavam ao sujeito que lembra um papel social fundamental: o poeta era responsável por resgatar o que é importante do esquecimento, sendo considerado, portanto, a memória viva do seu grupo.

Devemos considerar que em uma sociedade

que não lidava com uma memória impressa seus valores eram repassados oralmente, disso resultando a difusão de técnicas de memorização eficazes, dimensionando a memória a uma função pragmática e utilitarista. O registro, transferência da memória para fora do corpo, era visto como algo que contribuía para o enfraquecimento da memória.

Ainda na Grécia a memória deixa de ser somente uma faculdade humana e passa a relacionar-se com toda a sociedade. Os gregos desenvolvem um importante percurso no estudo e na elaboração de uma teoria de uma memória coletiva. Em Platão já não são encontradas mais as referências divinas da memória: “a memória platônica perdeu o seu aspecto mítico” (LE GOFF, 2003, p. 435). O processo de laicização da memória e a invenção da escrita permitiram a

criação da mnemotécnica, que é a organização da memória ou mesmo “memória artificial”.

A ideia de memória artificial está posta em um manual de retórica escrito por volta de 86 a 82 a.C, intitulado *No Ad C. Herennium libri IV*. Nele, um professor de retórica anônimo, ao tratar a memória como parte essencial do conhecimento do orador, afirma a existência de dois tipos de memória: a natural, nascida concomitantemente ao pensamento, e a memória artificial, condicionada pelo treinamento.

A arte clássica da memória pertenceu à retórica como uma técnica que permitia ao orador aprimorar sua memória, o que o capacitava a tecer longos discursos de cor, com uma precisão impecável. E foi como parte da arte da retórica que a arte da memória viajou pela tradição européia [...], e que os antigos, guias infalíveis de todas as atividades humanas, traçaram regras e preceitos para aprimorar a memória (YATES, 2008, p. 18).

Para os romanos, a memória era indispensável à arte retórica, uma arte destinada a convencer e emocionar os ouvintes por meio do uso da linguagem. O orador deveria conhecer as regras e não recorrer aos registros escritos, daí a importância das técnicas de memorização.

Na Idade Média, o tempo é marcado por comemorações litúrgicas, louvam-se santos e mártires, seus milagres são lembrados em datas precisas. Tem importância, assim, a memória litúrgica ligada à memória dos santos. O cristianismo, assim como o judaísmo, tem na lembrança o foco, na medida em que pauta o presente pela rememoração dos acontecimentos e milagres do passado.

A invenção da imprensa e o processo de urbanização (e no seu bojo as mudanças na

organização e nas relações sociais, nas atividades, papéis e percepções do indivíduo) concorrerão para mudanças importantes na sociedade e no papel da memória. De uma sociedade baseada na transmissão oral dos saberes necessários à vida em grupo, novas ocupações relacionadas ao comércio e à vida nas cidades demandam registros de operações, de listas, de transações. A partir daí, serão desenvolvidos artifícios cada vez mais sofisticados para guardar e disseminar a memória em textos e imagens, um processo que culmina com o advento do computador, capaz de guardar grandes quantidades de informações e abarcar todos os meios inventados anteriormente para registrar e armazenar a memória.

Consideramos importante resgatar essa trajetória no intuito de enfatizar que a memória sempre foi vista como meio privilegiado de

acesso ao conhecimento e que, ao longo do tempo, sempre se mostrou como um objeto de luta pelo poder travada por grupos e indivíduos. Decidir sobre o que deve ser lembrando ou esquecido integra os mecanismos de controle de um grupo sobre o outro. Em muitos casos de “memoricídio”, a destruição de museus e bibliotecas muitas vezes é legitimada pelo fato dessas instituições estarem identificadas com a estrutura do poder dos lugares em que estão instaladas. O acervo desses lugares “[...] não é destruído como objeto físico, e sim como vínculo de memória (BAÉZ, 2006, p. 18). Para nós, motivo suficiente, para sua preservação.

Outra questão importante quando pensamos no percurso da memória é seu passado em comum com a história. Voltando aos gregos, veio deles a aproximação fecunda entre essas duas formas de acesso ao conhecimento humano.

De acordo com Seixas:

[...] essa noção que retém dominantemente a memória como faculdade intelectual, a ‘memória-conhecimento’, alimentou toda a tradição platônica e neoplatônica que, por sua vez, fecundou a Idade Média, de onde, a partir da importância da concepção agostiniana de memória, influenciou toda a cultura racionalista posterior. A adequação entre memória e história possui, portanto, raízes sólidas e longas. (2004, p. 39)

A partir da década de 1980, essa relação se torna muito mais de oposição do que de complementaridade, embora essa oposição, no entanto, tenha sido construída sem o rompimento com a tradição aristotélica que entende a memória (ato de lembrar, reminiscência), sobretudo, em sua função cognitiva, como conhecimento do passado.

Dentre os autores que refletem essa

questão estão Maurice Halbwachs e Pierre Nora. Ambos assinalam a oposição entre essas duas formas de acesso ao conhecimento humano. Para Halbwachs, a história interpreta o passado de uma perspectiva exterior aos grupos que dela fazem parte; a memória, ao contrário, “é a reconstituição das experiências pessoais e sociais que se desenrola sempre a partir de dentro dos grupos, de modo a oferecer dele um quadro de analogias no qual seus membros se reconheçam” (MALUF, 1995, p. 41).

Pierre Nora retoma igualmente essa oposição. Para o historiador, a memória é a experiência vivida – “a memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução” (NORA, 1984, p. 19) – aberta ao movimento dialético do lembrar e do esquecer. O passado, matéria-prima da

história e da memória, seria, para a história, uma representação sistematizada e crítica do vivido, ao passo que, para a memória, seria experiência. A memória, diz Nora, “é um fenômeno sempre atual, uma ligação vivida no eterno presente”, a história, ao contrário, “é uma reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais” (NORA, 1984, p. 33). Ainda em relação à oposição memória e história:

[...] A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções

e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo (NORA, 1984, p. 33).

O fato é que a memória se alimenta e mantém pontos de contato estreitos com a história, guarda informações importantes para os sujeitos e tem, por função primordial, garantir a coesão do grupo e o sentimento de pertinência entre seus membros. A memória abarca períodos menores do que aqueles tratados pela história; tem na oralidade o seu veículo privilegiado, porém não necessariamente exclusivo, de troca. Já a história tem no registro escrito um meio fundamental de preservação e comunicação. É importante ressaltar que memórias individual, coletiva e histórica se interpenetram e se contaminam.

Desta feita, da Antiguidade à Modernidade, percebemos que a memória enveredou por

caminhos diversos: passa pela compreensão em sua função cognitiva, como conhecimento do passado, como um processo localizado nas estruturas cerebrais (perspectiva científica) ou como fenômeno construído socialmente, na interação dialógica com o outro, por meio de práticas discursivas (perspectiva sócio-histórica). Como elaboração a partir de estímulos dos mais variados, a memória é sempre uma construção feita no presente a partir de vivências/experiências ocorridas no passado.

Para alguns estudiosos, dependemos da memória não apenas para nos constituir como indivíduos, mas como seres sociais, inseridos numa cultura e na própria história. Os estudos empreendidos por Maurice Halbwachs, na década de 1920, contribuíram em definitivo para a compreensão dos quadros sociais que compõem

a memória. Para o filósofo, a memória individual/particular remete a um grupo. Carregamos conosco a lembrança, mas estamos sempre em interação com a sociedade e com uma gama de grupos e instituições. É no contexto destas relações que nossas lembranças são construídas.

A memória individual se faz na tessitura das memórias dos diferentes grupos com que nos relacionamos. Ela está impregnada das memórias dos que nos cercam, de maneira que, ainda que não estejamos em presença destes, o nosso lembrar e as maneiras como percebemos e vemos o que nos cerca se constituem a partir desse emaranhado de experiências, que percebemos qual uma amálgama, uma unidade que parece ser só nossa. Assim, nos processos de produção da memória e de rememoração, o “outro” representa um papel fundamental.

Atualmente, ainda é a sociologia da memória de Maurice Halbwachs que se constitui na base teórica fundamental à maioria dos trabalhos sobre memória coletiva. O autor nos fala sobre os quadros sociais de memória, nos quais a singularidade do pensamento individual emerge dos entrecruzamentos do pensamento coletivo. Isso significa que a memória individual necessita de outras lembranças e por isso evoca conjuntos referenciais instituídos pela sociedade:

[...] o ato de rememorar não é independente, mas está atrelado ao movimento interpessoal das instituições sociais como família, classe social, escola, entre outros que fazem parte do contexto sociocultural no qual estamos inseridos (LEMOS, 2002, p. 60).

Na reflexão sobre a memória, é importante, ainda, ressaltar o papel da linguagem na afirmação

do caráter social da memória. As trocas entre os membros de um grupo se fazem por meio da linguagem. Lembrar e narrar se constituem da linguagem. Por isso, áreas como a linguística e a literatura também se debruçaram sobre o tema memória. Na literatura, especificamente, muitas obras foram escritas sob sua inspiração ou mesmo a tendo como foco principal. A referência maior é a obra *Em busca do tempo perdido*, de Marcel Proust. No campo literário, o autor confere outra dimensão à memória, “inscrevendo-a na relatividade tempo-espacial e colocando o sujeito no ponto central e nada fixo de rememoração” (SEIXAS, 2008, p. 20).

Para Proust, a memória voluntária não atinge o pleno estatuto da memória, não é nada além da mera lembrança de fatos, configura-se como uma memória essencial à vida, porém

superficial, atada à repetição passiva e mecânica da vida. A memória involuntária, ao contrário, é aquela que rompe com o hábito e, sobretudo, com “todo esforço vão de busca e captura intelectual do passado”. Espontânea, ela é composta por imagens que aparecem e desaparecem, é instável e descontínua, não preenche os espaços em branco, “supõe as lacunas e constrói-se com elas” (PROUST apud SEIXAS, 2004, p. 48). Desta forma, a relevância dada à memória involuntária, afetiva, nos atos de reconstrução e atualização das experiências vividas no passado, o entendimento de que essa memória pode ser despertada sem o nosso esforço consciente de recordar, é a base sobre a qual Proust constrói sua principal obra.

Georges Poulet (1992), analisando a obra proustiana, afirma que, por causa da memória, o tempo não está perdido, e se não está perdido,

também o espaço não está. Ao lado do tempo reencontrado está o espaço encontrado, um espaço que se encontra e se desdobra em razão do momento desencadeado pela lembrança. A reflexão de Poulet é pertinente, tendo em vista que lidar com memória é também lidar com o espaço, pois a memória se inscreve também a partir da relação com o espaço e se referencia nos lugares em que habitam e, também, na relação construída com esses espaços.

No que tange ao tempo da memória, é salutar o pensamento de Bergson, para quem

[...] o tempo verdadeiro é o tempo vivido e que nossa consciência faz durar e essa duração depende de cada um: ele está em nós, na nossa memória, e não é homogêneo, nem dizível. O tempo social baliza nossa realidade: é o tempo irreversível, o tempo histórico. O tempo da memória é reversível,

‘viajamos’ para o passado, voltamos para a infância, a juventude... de novo para o presente... (BERGSON apud BRANDÃO, 2011).

É a partir dessa reflexão de Henri Bergson sobre tempo e memória que iniciamos a trajetória apreendida pela personagem principal da novela de *Órfãos do Eldorado*, de Milton Hatoum, escolhida para análise à luz das considerações tratadas até agora em nosso texto.

Encomendada por uma editora escocesa (Canongate), a narrativa começou a tomar forma a partir de uma história que Hatoum diz ter vivenciado na infância e que ficou latejando na sua memória por anos a fio, uma história contada por seu avô sobre um homem que passa a vida esperando a chegada/retorno da mulher amada. Como podemos perceber, a narrativa ficcional

resulta de uma dupla relembração: a de Hatoum, que volta no tempo para extrair a história, e a do homem enamorado, narrador protagonista da novela.

"Conto o que a memória alcança" (HATOUM, 2008, p. 15) inicia seu relato o narrador de *Órfãos de Eldorado*. Nesse passeio até o lugar em que a memória chega, acompanhamos a história de Arminto Cordovil, um homem tido como louco em sua solidão e velhice. É ele quem impõe aos fatos passados uma ordenação comandada pelo presente, essa ordenação é que faz com que o passado da personagem se torne inteligível e significativo para nós. De acordo com Sarlo (2007, p. 10), a lembrança necessita do presente, pois "o tempo próprio da lembrança é o presente; isto é, único tempo apropriado para lembrar e, também, o tempo do qual a lembrança

se apodera, tornando-o próprio".

Logo, somente a partir do presente é que o passado pode ser evocado e rememorar é reconstruir um passado. Assim, em *Órfãos do Eldorado*, o narrador relembra e relata o seu passado de riqueza, a desagregação da família e seus amores a um interlocutor desconhecido que parou ali para descansar na sombra do jatobá e lhe pediu água. Filho de um rico empresário do ramo da navegação no Amazonas, Arminto tem uma relação fria e distante com o pai, Amando Cordovil, que o culpa pela morte da esposa – "Até hoje recordo as palavras que me destruíram: tua mãe te pariu e morreu" (HATOUM, 2008, p. 16).

É interessante ressaltar que o nome do protagonista carrega a ideia de "mentira" (ArMINTO) no sentido de "falha" que, por sua vez, figurativamente, pode expressar "lacuna".

Nesse sentido, por remontar a um passado, o relato está repleto de pontos obscuros que ele, Arminto, tenta clarificar.

Arminto nos conta sobre como foi educado por uma criada, Florita, descendente de índios. É Florita quem o inicia sexualmente, fato que provoca a indignação do pai e a separação definitiva entre eles – “Minha maior dúvida naquela época era saber se o silêncio hostil que nos separava era culpa minha ou dele. Eu ainda era jovem, acreditava que o castigo por ter abusado de Florita era merecido: por isso, devia suportar o peso dessa culpa” (HATOUM, 2008, p. 16). Depois da morte de Amando, o rapaz se depara com os problemas financeiros de uma empresa enorme e quase falida e com a paixão pela interna de um convento, a misteriosa Dinaura. E vê tudo ruir.

É importante destacar que *Órfãos do Eldorado* é inspirado no mito amazônico da cidade encantada de Eldorado, um paraíso que existiria no fundo de algum dos rios da região, segundo lendas locais. Na novela, Eldorado é também um barco da companhia da família Cordovil que afunda e leva a empresa à falência. Os dois Eldorados – o fictício, que representa um lugar ideal, e o real, uma grande tragédia material – constituem uma presença forte na vida dos personagens, em sua busca pela felicidade. Uma busca sempre frustrada, pois o percurso que leva ao idílio da cidade desaparecida (representada pelo amor romântico e pela harmonia filial) exige a provação de uma catástrofe. Arminto, em sua narrativa repleta de lacunas torna-se refém dessas contradições de Eldorado.

Isto posto, percebemos em *Órfãos do*

Eldorado um movimento do particular para o universal. E essa transição do individual para o coletivo se realiza por meio dos mitos que, na narrativa, mesclam-se aos pensamentos e às sensações das personagens, explicando seus sentimentos e suas ações e revelando seu modo de ser. Porque os mitos, diz Hatoum, “os mitos, assim como as culturas, viajam e estão entrelaçados. Pertencem à história e à memória coletiva” (2008, p. 106). É importante destacar que, na cultura do homem amazônico, o mito está ainda presente de modo bastante acentuado, ao estabelecer-se a relação entre esse homem e o espaço. O mito torna-se, assim, parte da sua identidade, por meio das lendas e narrativas contadas e repassadas de geração a geração como acontece com Florita e Arminto: na infância, ele entra em contato com as lendas e mitos por intermédio das narrações

dela – “Florita traduzia as histórias que eu ouvia quando brincava com os indiozinhos na Aldeia” (HATOUM, 2008, p. 12). Assim, toda a narrativa evoca os mitos que fazem parte da memória coletiva daquele lugar.

Podemos perceber que em *Órfãos do Eldorado* o narrador entrelaça a memória individual com a coletiva, pois ao evocar o seu passado, Arminto evoca vários outros: do avô, do pai, de Florita, de Dinaura, de Estiliano. E é na reflexão de Maurice Halbwachs sobre a memória coletiva que a função mnemotécnica torna-se um fenômeno radicalmente social. Para ele, o que rege o trabalho da lembrança é a experiência social presente de quem se lembra: “nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós tivemos

envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós” (HALBWACHS, 2007, p. 26).

A memória individual não é descartada por Halbwachs – apesar da possibilidade da lembrança estar determinada pela função social, cada indivíduo se insere de uma forma particular nas múltiplas redes das quais faz parte e nas quais atua. Para o autor, a memória de uma pessoa está enlaçada à memória do grupo, que, por sua vez, está integrada à memória mais ampla da sociedade – a memória coletiva. Dessa forma, a memória individual é sempre uma perspectiva da memória coletiva, e esse ponto de vista “varia de acordo com o lugar social que é ocupado, e este lugar, por sua vez, muda em função das relações que se tem com outros meios sociais” (BARROS, 1989, p. 31).

Assim, embora individual, os registros de memória do narrador podem ser vistos como singulares recortes da memória coletiva, grosso modo: a história de uma vida é parte integrante da história mais geral: “Eu tinha uns nove ou dez anos, nunca mais esqueci. Alguém ainda ouve essas vozes? Fiquei cismado, porque há um momento em que as histórias fazem parte da nossa vida” (HATOUM, 2008, p. 13).

Como vimos, a memória individual não é uma tabula rasa capaz de sozinha, com suas próprias forças, perceber traços e contornos que trariam de volta as imagens do passado, pois a reconstituição individual não é um ato isolado e fechado em si mesmo, uma vez que para se atingir uma lembrança não basta reconstituí-la em suas infinitas partes. Para que uma lembrança possa ser recuperada e reconhecida é preciso

que essa reconstituição se opere “a partir de dados ou noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito quanto no dos outros [...] porque eles passam incessantemente desses para aqueles e, reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade” (HALBWACHS, 2007, p. 39). Isso significa que a memória individual necessita de outras lembranças e por isso evoca conjuntos referenciais instituídos pela sociedade.

Logo, o recurso a contribuições exteriores ou à memória coletiva é essencial para a reconstituição pessoal de imagens de outros tempos. Para que a memória individual se realize ela sempre se socorre da memória alheia que funciona como um repositório de pontos de contato. No entanto, conforme aponta Ecléa Bosi (apud MALUF, 1995, p. 37), se o arrimo da

memória é o grupo com o qual nos identificamos, tornando nosso o seu passado, quem garante, porém, a rememoração do passado, quem conhece e o toma como seu, é o indivíduo memorizador (MALUF, 1995, p. 37).

É Arminto quem puxa os fios da memória que se configura a um só tempo como lembrança e esquecimento. De acordo com Marina Maluf (1995, p. 70), o ato de rememorar encerra um conjunto de intenções, conscientes ou não, que selecionem e elegem. Por isso, ao relembrar, “o indivíduo memorizador constrói paisagens e imagens que são verdadeiros campos de significado para o lembrado”. Logo memória não deve ser tomada como revelação, mas como reconstrução de um tempo e um lugar.

Conforme Bachelard (apud MALUF, 1995, p. 72), a memória guarda espaços que viveu

e que são efetivamente ordenados na singular arquitetura das lembranças. O espaço na narrativa reaparece com detalhes, concomitante às imagens da infância e da juventude de Arminto e é por meio dele que “[...] encontramos os belos fósseis de duração concretizados por longas permanências” (MALUF, 1995, p. 72).

Percebemos na novela de Hatoum a dificuldade de Arminto em se desfazer da casa de Vila Bela, último resquício do passado glorioso da família:

Desembarquei em Vila Bela às duas horas da tarde de 24 de dezembro e, quando avistei o palácio branco, senti a emoção e o peso de quem volta para casa. Aqui eu era outro. Quer dizer, eu mesmo: Arminto, filho de Armando Cordovil, neto de Edílio Cordovil, filhos de Vila Bela e deste rio Amazonas (HATOUM, 2008, p. 25).

A espacialidade de Vila Bela é muito importante para a compreensão do enredo. É naquele lugar que tanto Armando quanto Arminto se sentem bem, na famosa Casa Branca. É lá também que as fábulas indígenas se (re) encontram no tecido narrativo, a partir da margem do rio Amazonas, marcando a lenda da cidade encantada escondida debaixo.

Outra passagem significativa que remonta ao espaço vivido é o da despedida de Arminto da casa em que viveu toda a sua juventude: “Deixei tudo na casa: os móveis, as louças, o relógio de parede, até os lençóis de cambraia. Só não deixei a memória do tempo em que morei lá” (HATOUM, 2008, p. 79). O espaço “sendo tomado como lugar consagrado que, reconstruído pela memória, adquire significado em uma nova arquitetura,

contaminada de imagens afetivas” (MALUF, 1995, p. 72).

Temos que, apesar de Arminto ter perdido tudo, nada foi, de fato, perdido, porque tudo ainda é passível de ser vivido e sentido. O passado pode ser reconstruído a partir dos restos do que ficou consciente ou inconscientemente na memória da personagem.

No (re) fluxo das lembranças, Arminto (e também os leitores) avança e retrocede no tempo passado e no espaço vivido. Na novela de Hatoum, toda a narração se faz a partir desse movimento de avançar e retroceder: as histórias contadas por Arminto se confluem em círculos concêntricos que ora se expandem ora se contraem. Nessa narrativa de Hatoum o presente não consegue destruir o passado. Ele resiste e prolonga-se pelas artimanhas da memória.

Referências:

BÁEZ, Fernando. Introdução. In: _____. *História universal da destruição dos livros: das tábuas da Suméria à guerra do Iraque*. Tradução de Léo Schlafman. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BRANDÃO, Vera Maria A. Tordinio. *Memória e sensações: realidade e ficção*. Disponível em: <<http://www.portaldoenvelhecimento.org.br/memoria/memoria97.htm>> Acesso em: 22 jan. 2011.

HALBWACHS, M. 1990. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2007.

LE MOS, Taísa Vilese de. *Graciliano Ramos: a infância pelas mãos do escritor – um ensaio sobre a formação da subjetividade na psicologia sócio-histórica*. Juiz de Fora: Editora UFJF/Musa Editora, 2002.

MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

POULET, Georges. *O Espaço Proustiano*. São Paulo: Imago, 1992.

PROUST, Marcel. *Em Busca do Tempo Perdido* - No caminho de Swann. Porto Alegre: Globo, 2002.

RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus, 1997.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução de Rosa Freire d'Aguilar. São Paulo: Companhia das Letras, Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: NAXARA, Márcia; BRESCIANI, Stella (Orgs.).

Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

SEIXAS, Jacy Alves de. Tempo e espaço eu confundo... troços de memórias e histórias. In: SEIXAS, Jacy Alves de; CERASOLI, Josiane (Orgs.) *UFU, ano 30 – Tropeçando Universos* (Artes, Humanidades, Ciências). Uberlândia: EDUFU, 2008.

YATES, Francis A. As três fontes latinas da arte clássica da memória. In: *A arte da memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

Artigo recebido em: 22/05/2011

Aceito para publicação: 30/07/2011